

Ata da Reunião de Instalação do Conselho do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental

06 e 07 de junho de 2013, no Centro Diocesano, Macapá - AP

1 Às 14:20 hs, do dia 06 de junho de 2013, no Centro Diocesano, deu-se início à reunião,
2 moderada por Aurelina Viana (Lininha), que solicita a todos os presentes que se
3 apresentem. Em seguida, Lininha inicia a leitura do Regimento Interno. Sr. Mariolando
4 (Cooperflora) expõe dúvidas com relação ao nome original do Mosaico (Oeste do
5 Amapá e Norte do Pará), ao que Márcia Franceschini (Iepé) relata sua origem e que
6 em reuniões do Conselho Piloto discutiu-se sobre a sugestão de alteração do mesmo
7 para Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental, o qual foi submetido e aceito
8 por voto da maioria depois de pequeno debate. A moderadora prossegue com a leitura
9 do regimento, no qual passa a se utilizar da nova designação do Mosaico, conforme
10 deliberado. Seguem-se algumas sugestões de ajuste por parte da plenária. Vivianne
11 Eilers (Ibama) observa que deve-se substituir o termo "Unidade de Conservação" por
12 "Área de Protegida" (Inciso II). Sueli (ICMBio/ Flona) sugere que se contemple as
13 Terras Indígenas com a formulação "mobilização dos gestores das UCs, Terras
14 Indígenas e da sociedade civil". Vivianne Eilers sugere a formulação "Promover a
15 integração das Áreas Protegidas que compõem o Mosaico, objetivando a proteção dos
16 ecossistemas" (Inciso V). Grayton Toledo sugere a redação: "mobilizar o Poder Público
17 e a sociedade civil" (Inciso VII). A plenária debate e acata utilizar "mobilizar os poderes
18 municipais, estaduais e federal e a sociedade civil". Quanto ao inciso VIII, Vivianne
19 sugere que se escreva: "...propondo, ao órgão licenciador, quando couber, medidas
20 mitigadoras e/ou compensatórias". Sobre o Art. 5º registra-se a Portaria nº4 de
21 03/01/2013) em que o Ministério do Meio Ambiente reconhece o Mosaico. Bruno
22 Caporrino sugere acrescentar: "Encaminhar por ofício a pauta das reuniões a todos os
23 conselheiros e instituições com o prazo mínimo de 30 dias" (Inciso V, § 3º do Art. 6º).
24 Paulo Russo (ICMBio/ PNMT) lembra a exigência de que o secretariado executivo seja
25 coordenado por um chefe de UC (§1 do Art.6º). Rita (AAPRAP) observa que isso
26 compromete a liberdade dos conselheiros de indicar quem eles desejam. Paulo Russo
27 propõe que se substitua o termo "secretário executivo" por um "secretariado executivo
28 composto por representantes de comunidades/povo indígena, organização
29 governamental e não-governamental", acrescentando essa forma ao regimento. Segue-
30 se a discussão sobre a existência de Câmaras Técnicas (CT's) para tratar de assuntos
31 específicos, citando-se a instauração pelo Conselho Piloto de três CT's permanentes.
32 Sebastião (Cooperflora/ RDS) questiona se haveria membros suficientes do Mosaico
33 para que as mesmas sejam preenchidas. Paulo Russo lembra que "as CT's poderão
34 ser assessoradas por profissionais e entidades externas ao Conselho". Christoph
35 Jaster (ICMBio/ PNMT) considera e defende o caráter temporário das câmaras,
36 instauradas conforme necessidade. Sueli, Zara (AMUC) e Rita destacam a maior

37 agilidade de ações de câmaras de caráter permanente. Considerando-se a
38 complexidade e o custo de criação de câmaras técnicas, Zara sugere a formulação: "o
39 Conselho contará com assistência técnica de uma câmara técnica com abrangência
40 para as três áreas". Quanto ao parágrafo 4º, Giovani Musial propõe: "As câmaras
41 técnicas poderão ser compostas e/ou assessoradas...". Aprovou-se essa formulação.
42 No Capítulo II - Organização. "Seção II - Funcionamento", no Art 12º, Sr. Sebastião
43 defende que o Conselho possa tomar decisões em situações excepcionais mesmo sem
44 quórum mínimo. Vota-se por um prazo de 10 dias após a emissão do comunicado para
45 a realização da reunião extraordinária. Valmir observa que o conteúdo do artigo 14º
46 está contemplado no Art 7º e aprova-se sua anulação. Observa-se também que o Art
47 17º está contemplado pelo Art 7º, mas decide-se por deixar ambos os artigos da forma
48 como estão. No Art 19 substitui-se "unidades de conservação", mantendo-se apenas
49 "áreas protegidas". Segue-se com a eleição do presidente do Conselho do Mosaico,
50 dentre os chefes de unidades de conservação presentes: Christoph Jaster, do PNMT;
51 Edilson Souza - RDS do Iratapuru; Érico Kauano - Flona, Rômulo Costa, e Juliana
52 Eveline, pela Flota. Christoph Jaster é eleito e incumbido então de indicar o vice-
53 presidente e o chefe do secretariado, cargos assumidos por Érico Kauano e Rômulo,
54 respectivamente. Márcia relembra que o secretariado será assessorado por um
55 representante de organização não governamental e de comunidade indígena. Paulo
56 Russo propõe acrescentar à redação a inserção de um assessor de corpo técnico de
57 órgão governamental dentre os membros do Conselho, o que é aprovado. Christoph
58 indica Paulo Russo para tal, o que também é aprovado. Quanto aos assessores
59 indígenas do secretariado, Christoph solicita que eles indiquem de sua parte, o que
60 aponta Cecília Apalai para o cargo, com aprovação geral. Sebastião Gomes é o
61 indicado pelas comunidades e associações da Perimetral. Márcia candidata-se pelo
62 Iepé. Christoph sugere, em nome do Secretariado, que se escolha ambos, o que é
63 aprovado. Encerra-se os trabalhos da tarde e recomeça-se no dia seguinte, 07 de
64 junho de 2013, às 09:00 hs. Lininha coloca que a mudança do nome do Mosaico
65 poderá ser incluída no regimento interno, mas que deverá passar por consulta jurídica
66 junto ao MMA. Encaminha-se então as apresentações das UCs, sendo a primeira a
67 Floresta Nacional do Amapá, por Érico Kauano. Em seguida, Sr. Pedro, de Sete Ilhas
68 (EFAPEN/ Perimetral) fala sobre a pressão que os agricultores sofrem do DNPM,
69 garimpeiros e madeireiros. A moderadora afirma que o Mosaico visa defender também
70 quem mora dentro ou em seu entorno. E sugere retomar esse assunto em reunião
71 futura para definir estratégias para combater esses problemas. Paulo Russo observa
72 que essa denúncia já foi exposta na última reunião e que as providências já estão
73 sendo tomadas. Christoph Jaster cita a responsabilidade da Polícia Federal ou do
74 INCRA para com esse tipo de situação e segue com a apresentação do Parque do
75 Tumucumaque. Explica que o Plano de Manejo é um conjunto de normas que norteiam
76 a gestão do Parque, e que, no caso do Tumucumaque, esse Plano valoriza e fortalece

77 justamente a boa relação com os moradores do entorno. Esclarece aos profissionais da
78 área de turismo, Moisés (Pedra Branca do Amapari) e Marcelo Sá (SETUR), que o Uso
79 Público (Visitação, Ecoturismo) somente iniciará de forma rotineira depois de
80 formalizadas as modalidades de terceirização de atividades e prestação de serviços,
81 através de autorizações, permissões e/ou concessões. Moisés e Marcelo demonstram
82 preocupação em trazer consultorias de fora ao invés de investir no conhecimento local.
83 Seguem apresentações de Márcio André (SEMA), chefe da RDS do Rio Iratapuru e
84 Demétrio, sobre as terras indígenas do complexo do Tumucumaque. Em seu último
85 quadro mostra a problemática da pressão minerária e os registros do DNPM. Roberta
86 Barboza (UNIFAP) lembra que a pressão minerária em terras indígenas deve ser tema
87 de uma câmara técnica, e se candidata a trabalhar nela. Bruno Caporrino narra
88 brevemente o processo da constatação, pelos Wajãpi, de que até hoje o DNPM efetua
89 registros de pedido de pesquisa e lavra garimpeira em sua terra, não obstante sua
90 prática não tenha sido regulamentada de acordo com o que dispõe a Constituição
91 Federal, e por bloqueio administrativo do próprio DNPM. Os Wajãpi, então,
92 organizaram uma reunião no MPF com Antônio Feijão, chefe do DNPM, exigindo a
93 anulação dos registros. Como nada foi feito, os Wajãpi consolidaram uma Carta Aberta
94 e mobilizaram outras etnias do Amapá para que o MPF impetire Ação Civil Pública
95 contra o DNPM exigindo a anulação dos registros. Tal ACP foi indeferida pelo juiz
96 federal, João Bosco. O Apina, junto ao MPF, irá recorrer. Bruno ressalta, então, a
97 urgência dessas câmaras técnicas com vistas a isso, e às graves ameaças
98 apresentadas pelo PL 1610/1996. Todos aceitam. Após a pausa para almoço, às 14:00
99 hs, reiniciam-se os trabalhos com a fala de Makaratu Wajãpi, do Apina, sobre a terra
100 indígena Wajãpi. Segue-se a apresentação da Floresta Estadual do Amapá, por
101 Euryandro Ribeiro (IEF), Juliana Eveline Farias e Rômulo Costa (SEMA). Euryandro
102 fala do movimento político negativo à Flota e da pretensa audiência pública que
103 ocorreu nessa manhã na Assembleia Legislativa. E Juliana: "busca-se dissolver a Flota
104 através do questionamento sobre as audiências públicas de criação da unidade".
105 Euryandro afirma que o memorial descritivo da Flota terá de ser revisto e
106 georreferenciado, tendo de aceitar o shape do MDA. Paulo Russo cita que o Amapá
107 vem sofrendo ataques de alguns atores políticos que manipulam mídia, instituições e
108 até a Justiça Federal a bem de seus interesses próprios. Rita fala sobre a questão
109 fundiária, manipulada pelos atores políticos contra o povo. Propõe que os assentados
110 unam-se mais aos indígenas na luta pelas suas terras. Euryandro explica que há
111 questões fundiárias interferindo na Flota. Moisés questiona o mapeamento feito das
112 propriedades em seu interior, enfatizando que muitas não são visíveis no processo de
113 georreferenciamento. Rômulo apresenta um documento para ser lido na plenária e, se
114 possível, aprovado e endossado pelo Conselho. A carta intitulada "Carta de repúdio à
115 bancada ruralista da assembléia legislativa do Estado do Amapá pelo atentado às
116 áreas protegidas" é lida por Juliana Eveline. A votação resulta em 33 pessoas a favor

117 de seu endossamento pelo Conselho, nenhuma contra e duas abstenções. Segue a
118 apresentação de Valmir, Rita e Carlos, da Escola da Família da Perimetral Norte -
119 Efapen. Projetou-se o filme sobre a escola e aponta-se a possibilidade de fechamento
120 da Escola por falta de recursos. Bruno cita a aprovação de um projeto dos índios
121 Wajãpi junto ao MMA que poder-se-á utilizar do viveiro de mudas da Efapen, trazendo
122 renda à mesma. Lininha passa aos encaminhamentos: o primeiro seria a composição
123 das câmaras técnicas (CT's). Para a câmara técnica de pesquisa, voluntariam-se
124 Roberta Barboza e Marina, da Unifap. Bruno discute sobre a essência de uma CT de
125 pesquisa e se candidata a entrar em sua composição, assim como Juliana Eveline
126 (Sema) e Edilson Sousa da Sema/RDS Iratapuru, ao que Marina retira seu nome, para
127 não duplicar instituições. Paulo Russo lembra a possibilidade de ingresso de
128 pesquisadores externos na CT. Luiz Coltro havia solicitado ingresso nessa câmara,
129 cabendo ao Conselho validar o convite. Quanto à CT de proteção Eudimar e Paulo
130 Russo confirmam sua manutenção, junto com Sueli (ICMBio) e Euryandro (IEF). A CT
131 de divulgação e capacitação contará com Márcio André (SEMA), Márcia (Iepé), Pedro
132 (EFAPEN) e Marcelo de Sá Gomes, Sindicato dos Guias de Turismo do Amapá.
133 Roberta Barboza propõe mais uma mudança nas CT's, mas decide-se manter a
134 formulação anterior. Lininha encaminha para a leitura da Carta Aberta do Mosaico
135 sobre os ataques políticos sofridos pelo Flota, passível de substituir o manifesto
136 aprovado anteriormente por ser mais adequado. Sueli faz uma breve fala sobre o grupo
137 de estudos formado para tratar da composição dos conselhos municipais de meio
138 ambiente, políticas e estratégias para sua criação, fortalecimento e manutenção. Indica
139 os Municípios Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e solicita anuência do
140 Conselho. A maioria dos presentes aprovou a questão colocada por Sueli. Lininha
141 encaminha a definição de data e local para a próxima reunião, estabelecendo-se os
142 dias 22 e 23 de outubro, em Laranjal do Jari e, caso não fosse possível, Macapá. Com
143 relação à pauta da próxima reunião, Vivianne Eilers sugere tratar dos critérios para
144 ingresso de outras áreas no Mosaico. Márcia resgata a sugestão de se tratar da
145 ordenação e zoneamento territorial das áreas protegidas do Mosaico e da definição do
146 Plano de Trabalho. Paulo Russo propõe a apresentação dos resultados preliminares
147 das pesquisas da câmara técnica de pesquisa sobre mineração. Zara sugere que seja
148 um ponto de pauta a questão da mineração em terras indígenas, visando um
149 encaminhamento por parte do Mosaico, dado o caráter emergencial do tema. Marcelo
150 Sá propõe a apresentação do Núcleo de Fronteira, como instância potencial de apoio
151 ao Mosaico. Efetuou-se a entrega dos termos de posse. A reunião foi encerrada com a
152 apresentação do vídeo-carta da RDS do Iratapuru. Eu, Bruno Caporrino lavro essa ata
153 e dou fé.